

ESTRATÉGIAS DE PODER E NORMALIZAÇÃO NO MATERIAL DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM – REVISIA GOIÁS

STRATEGIES OF POWER AND NORMALIZATION IN LEARNING RECOMPOSITION MATERIAL – REVISIA GOIÁS

Juliane Moreira Cardoso Silva¹

Universidade Estadual de Goiás

Luana Alves Luterman²

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: O Revisa Goiás é um material pedagógico adotado pelo estado de Goiás. Ele é estruturado nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza e é fundamentado nas habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular e no Documento Curricular Ampliado para Goiás. Nesse sentido, a pesquisa objetiva compreender as relações de poder presentes no material de recomposição da aprendizagem – Revisa, especialmente quanto às estratégias e orientações normativas, além de identificar as estratégias utilizadas para a promoção do desempenho escolar. Para isso, fundamentamos nossa pesquisa nos conceitos de Michel Foucault (2005; 1987; 1979; 1975), além das contribuições de Barros (2010) e documentos normativos do Brasil e do estado de Goiás. Utiliza-se também a pesquisa qualitativa (Paiva, 2021) para analisar o material e os documentos norteadores. Os resultados encontrados apontam como os discursos são enviesados e constituídos para controle e normalização do sujeito. Além disso, o neoliberalismo não apenas molda as políticas educacionais, mas também redefine o próprio propósito da educação. Destarte, conclui-se que o material adotado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás é uma ferramenta que normaliza e controla o sujeito através do discurso normativo.

Palavras-chave: Poder; Revisa; Estratégias; Normalização; Controle.

Abstract: Revisa Goiás is a teaching material adopted by the state of Goiás. It is structured in the subjects of Portuguese Language, Mathematics and Natural Sciences and is based on the skills and competencies of the National Common Curricular Base and the Expanded Curricular Document for Goiás. In this In this sense, the research aims to understand the power relations present in the learning recomposition material – Revisa, especially regarding strategies and normative guidelines, in addition to identifying the strategies used to promote school performance. To achieve this, we based our research on the concepts of Michel Foucault (2005; 1987; 1979; 1975), in addition to the contributions of Barros (2010) and normative documents from Brazil and the state of Goiás. Qualitative research is also used (Paiva, 2021) to analyze the material and guiding documents. The results found indicate how the discourses are biased and constituted to control and normalize the subject. Furthermore, neoliberalism not only shapes educational policies but also redefines the very purpose of education. Therefore, it is concluded that the

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strict Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI/UEG), Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás. Juliane.moreira@hotmail.com.

² Coautora e docente do Programa de Pós-Graduação Strict Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI/UEG) Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás. luana.luterman@ueg.br.

material adopted by the State Department of Education of Goiás is a tool that normalizes and controls the subject through normative discourse.

Keywords: Power; Review; Strategies; Normalization Control.

Submetido em 17 de agosto de 2024.

Aprovado em 2 de outubro de 2024.

INTRODUÇÃO À TEORIA DE MICHEL FOUCAULT E SUA RELEVÂNCIA PARA O ESTUDO DO CONTROLE E NORMALIZAÇÃO

Nossa pesquisa mobiliza como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso abordada por Michel Foucault, a qual, se concentra principalmente nas relações entre saberes, poderes, ética e estética do sujeito. O autor examina como os saberes e os poderes se manifestam por meio das práticas discursivas e como essas práticas clivam os sujeitos, por meio da História. Sob essa perspectiva, Foucault também investiga como o discurso exerce controle e produz subjetividade por meio das malhas de poder. Para isso, ele desafiou as concepções tradicionais de poder como uma entidade monolítica exercida verticalmente, de cima para baixo, destacando as relações complexas e multifacetadas que permeiam todas as instituições sociais. Neste sentido, sua análise revela como o poder não é apenas coercitivo, mas também produtivo, operando por meio de estratégias de normalização e disciplina que moldam os comportamentos e as subjetividades dos sujeitos.

Nesse contexto, a teoria foucaultiana é fundamental para compreender como se estabelece o controle e a normalização, especialmente em ambientes institucionais, como a escola. No caso específico da nossa pesquisa, a abordagem teórica oferece uma estrutura analítica robusta para examinar as estratégias de controle presentes no material de estudo. Ao trazer à tona as dinâmicas de poder subjacentes, este trabalho busca não apenas descrever, mas também problematizar e analisar as práticas de disciplina no contexto educacional. Portanto, ao fundamentar a análise na teoria de Foucault, lança luz sobre as complexas interações entre saber, poder e controle, destacando a relevância de uma abordagem crítica para compreender as estruturas sociais e institucionais que clivam as práticas sociais. Foucault (1979, p. 12) salienta que:

O Poder é, assim, ‘a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização;’ o jogo que através de lutas e afrontamentos incessante as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou

cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, formulação das leis, na hegemonias sociais [...].

O autor apresenta uma abordagem multifacetada ao poder, conceituando-o não como uma entidade monolítica, mas sim como uma rede de forças imanentes aos domínios onde se exercem. Essas relações são dinâmicas, envolvendo lutas contínuas, transformações e reforços, e podem resultar em inversões de poder. As correlações de força podem se agrupar em cadeias ou sistemas, encontrando apoio mútuo, ou ser isoladas por defasagens e contradições. Desta forma, as estratégias de poder se manifestam na formulação de leis, na hegemonia social e na estruturação dos aparatos estatais.

Nesta perspectiva, por meio do *corpus* de pesquisa, o Material Revisa Goiás, podemos entender como as dinâmicas descritas por Foucault se manifestam no contexto específico da produção editorial e da disseminação dos saberes escolares. As correlações de força entre editores, autores, revisores e leitores nesse domínio determinam não apenas o conteúdo e a forma dos materiais produzidos, mas também as relações de poder subjacentes. Deste modo, as estratégias de controle e normalização presentes na produção editorial podem ser analisadas revelando as formas como o poder opera e se manifesta no processo de publicação e circulação do conhecimento. Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (1979, p. 99) destaca

[...] as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra.

Neste sentido, o autor novamente ressalta a relação intrínseca entre poder, guerra e política nas sociedades contemporâneas. Ele postula que as relações de poder têm suas raízes na guerra e são continuamente reproduzidas e reconfiguradas por meio de uma guerra silenciosa que permeia as instituições, as desigualdades econômicas, a linguagem e até mesmo os corpos individuais. Sendo assim, o poder político não busca simplesmente acabar com a guerra para estabelecer a paz na sociedade civil, mas sim para perpetuar as relações de força que emergem da guerra, consolidando desequilíbrios de poder que são reproduzidos e sancionados pela política. Por esta razão, Foucault traz uma compreensão profunda das dinâmicas de poder e violência que permeiam as estruturas sociais e institucionais.

2 AVALIAÇÕES EXTERNAS E ANÁLISE DO CONCEITO DE CONTROLE NA ORIENTAÇÃO DO MATERIAL REVISÃO GOIÁS

A Avaliação Externa da Educação Básica desempenha um papel fundamental na avaliação e monitoramento da qualidade do ensino, tanto em âmbito estadual quanto nacional. No contexto brasileiro, destacam-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil como instrumentos de avaliação utilizados para mensurar o desempenho dos estudantes em diversas áreas do conhecimento, bem como para fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais. Neste contexto de análise governamental, a avaliação foi percebida como uma tática valiosa para administração. Conforme essa ótica, vale citar o que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (2007, p. 26) destaca:

A Prova Brasil foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Posto isto, além dessas avaliações de abrangência nacional, tais como: Prova Brasil e Avaliação da Educação Básica (SAEB), diversos estados Brasileiros, como Goiás, também implementam suas próprias avaliações Estaduais, visando uma análise mais específica e direcionada da Educação local. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996, em seu Artigo 9, inciso VI e Artigo 10 inciso I dizem

[...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Artigo 10 [...]

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

Desse modo, no estado de Goiás, uma das iniciativas de destaque é o Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (SAEGO), que se configura como um instrumento para a avaliação da Educação no Estado, permitindo a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria no sistema educacional goiano. O Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (SAEGO), assim como o Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, contribuem para subsidiar a elaboração de políticas educacionais mais eficazes e direcionadas às necessidades locais.

Além das avaliações diagnósticas como o Sistema de Avaliação Educacional de Goiás , a Secretaria de Educação de Goiás implementa uma série de estratégias e programas para preparar os estudantes para essas avaliações e para o desenvolvimento acadêmico em geral. Uma dessas estratégias é a Recomposição da Aprendizagem, que busca oferecer apoio adicional aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, visando garantir que todos os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem estabelecidos.

Outra iniciativa é o Revisa Goiás, um programa de revisão e reforço de conteúdos que visa preparar os estudantes para os exames e promover a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do ano letivo. Ademais, a Secretaria de Educação de Goiás disponibiliza recursos online, como o Portal Net Escola, que oferece materiais didáticos e conteúdos educacionais para auxiliar tanto alunos quanto professores no processo de ensino e aprendizagem. Adicionalmente, o programa Aba Ser Goiás, desenvolvido pela Secretaria de Educação, que busca promover a integração entre a escola, a família e a comunidade, incentivando a participação e o envolvimento de todos os atores envolvidos no processo educacional. Essas iniciativas governamentais buscam promover uma Educação de qualidade, pautada na avaliação contínua e no apoio ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

O foco de análise aqui é o material do Projeto Revisa, disponibilizado pelo estado de Goiás, já mencionado anteriormente. Vale apontar que essa proposta visa realizar uma revisão abrangente das políticas, programas e práticas educacionais, com o objetivo de identificar áreas de melhoria e implementar mudanças positivas que beneficiem alunos, educadores e toda a comunidade escolar. Nesta perspectiva, o Projeto busca abranger todos os aspectos da Educação, desde o currículo e métodos de ensino até a infraestrutura escolar e o suporte aos professores. Ao examinar cada componente do sistema educacional, o Material Revisa identifica pontos fortes e desafios, possibilitando a implementação de estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas das escolas e dos alunos em todo o estado de Goiás.

Nesta ótica, Foucault aborda em sua obra “Vigiar e punir” (1987) que o poder não é apenas exercido por autoridades políticas, mas também por instituições como escolas, que docilizam gestualidades e conduzem fisiognomias, controlando práticas de si por meio de técnicas disciplinares, como vigilância constante, normalização e punição. Em outras palavras, na Educação, isso se traduz em um sistema que não apenas constrói conhecimento, mas também produz e regula sujeitos conforme os ideais e valores da sociedade. Michel Foucault (1987, p. 154) preconiza que

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um

controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objeto e objetivação dos que se sujeitam.

Em primeiro lugar, Foucault destaca como o exame, ao combinar técnicas de vigilância hierárquica e sanção normalizadora, é uma ferramenta poderosa para diferenciar e punir os indivíduos. No contexto educacional, isso se reflete na capacidade dos exames de classificar os alunos, determinar seu sucesso ou fracasso escolar e, conseqüentemente, influenciar seu acesso a oportunidades futuras. O Projeto Revisa Goiás é um exemplo de controle e normalização do ensino, ou seja, o estudante tem acesso aos conteúdos e conceitos que estão dispostos no material. Outrossim, Foucault acentua como o exame é altamente ritualizado, simbolizando não apenas o exercício do poder, mas também a busca pela verdade e pela objetivação dos sujeitos. No contexto do Projeto Revisa Goiás, essa reflexão aponta com o estado de Goiás conduz, adestra, controla, normaliza e avalia os métodos para reforçar o processo de avaliação com o objetivo de garantir que o bom desempenho dos estudantes reflita nos resultados externos, como o SAEB e o SAEGO. Ao reconhecer que os exames, não apenas medem o conhecimento dos alunos, mas também os submetem a uma forma de poder e controle. O Revisa, nesta concepção, busca promover uma cultura educacional mais centrada no desenvolvimento dos estudantes e prepará-los para se submeterem às Avaliações que virão posteriormente.

Foucault (1987, p. 156) postula que “[...] a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos”. Ele sugere que o poder disciplinar não se limita a impor sua autoridade de forma direta sobre os indivíduos, mas, em vez disso, os captura em um mecanismo de objetivação, por meio de táticas, leis, regras, técnicas de controle e condução dos corpos que se inscrevem numa população (corpo espécie). Isso significa que o poder disciplinar não apenas controla e regula os sujeitos, mas também os transforma em objetos de sua própria organização e controle. Foucault, em sua obra *Em defesa da sociedade*, (2005, p. 217 e 218) afirma

[...] São essas as quatro operações que podemos ver em andamento num estudo um pouco detalhado daquilo que é denominado O poder disciplinar. O século XVIII foi o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de

hierarquização e, enfim, urna organização interna de centralização desses saberes em torno de urn tipo de axiomatização de fato. Logo, organização de cada saber como disciplina e, de outro lado, escalonamento desses saberes assim disciplinados do interior, sua intercomunicação, sua distribuição, sua hierarquização reciproca numa espécie de campo global ou de disciplina global a que chamam precisamente a 'ciência'".

No espaço que domina, o poder disciplinar demonstra-se organizando os objetos, ou seja, os indivíduos submetidos a ele são moldados e regulados de acordo comas normas e expectativas estabelecidas pelo Sstema de poder. Por conseguinte, essa objetivação dos sujeitos pelo poder disciplinar pode ser observada em diversas práticas educacionais, como a padronização do currículo e a ênfase em avaliações homogeneizantes, a Avaliação Diagnóstica hierarquiza os alunos com base em critérios predefinidos, como mensurar os estudantes em níveis: Abaixo do Básico, Básico, Proficientee Avançado, como é realizado nas escalas de Proficiência do Saeb. Isso pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1



Fonte: Disponível

em:

<https://>

www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fslideplayer.com.br%2Fslide%2F346129%2F&psig=AOvVw3rCXXF6Wa5bQOmtxAWhEyA&ust=1714521039332000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBIQjRxqFwoTCJD8mYXP6IUDFQAAAAAdAAAAABAf. Acesso em: 29/04/2024

Figura 2



Fonte: Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/12417737/>. Acesso em 17 mai. 2024.

A classificação dos estudantes pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em categorias como "abaixo do básico", "básico", "proficiente" e "avançado" é um exemplo de controle e normalização por meio de vontades de verdade baseadas em epistemes que taxionomizam quem pode e deve ser considerado bom aluno a partir da aferição de certos conhecimentos e não de outros em seu lugar. Esse sistema de categorização exemplifica o processo foucaultiano de normalização, em que o desempenho dos estudantes é continuamente avaliado e comparado a padrões estabelecidos. Por meio dessa classificação, o SAEB não só afere habilidades acadêmicas, mas também impõe uma hierarquia de desempenho que regula e disciplina os estudantes, professores e instituições educacionais. Ao rotular e diferenciar os alunos, o SAEB estabelece um regime de verdade que define o que é considerado conhecimento legítimo e desempenho aceitável, normalizando todos os envolvidos no processo educacional a serem clivados por essas normas. Esse mecanismo de vigilância e controle revela como a biopolítica funciona, de modo que o poder se exerce de forma difusa, moldando subjetividades e práticas cotidianas em prol de um efeito de homogeneização dos sujeitos e uma eficiência técnica que reforça as estruturas de poder no sistema educativo.

Neste sentido, para ampliar a discussão à luz da teoria de Foucault (1987) sobre controle, poder e normalização, está logo abaixo um recorte de uma orientação disponível no sítio da

Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Segue o material:

Figura 3



O **REVISAR GOIÁS** é um material estruturado de forma dialógica e funcional com o objetivo de recompor as aprendizagens e, conseqüentemente, avançar na proficiência. Para a elaboração das atividades inéditas que compõem o caderno, considera-se a matriz referência de descritores SAEB, associada ao documento curricular de Goiás e orientada a partir dos resultados das avaliações externas SAEGO e SAEB e Simulados Revisa.

Como é um material de recomposição, é necessário buscar conhecimentos basilares previstos em outros anos/séries, a fim de construir um percurso de aprendizado para o estudante. Nesse sentido, orientamos que o caderno do 5º ano também seja utilizado pelos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental.

O material do 9º ano do Ensino Fundamental pode ser usado na 1ª série do Ensino Médio e, dependendo do nível de desempenho da turma, até mesmo para os estudantes

da 2ª série, no intuito de recompor as aprendizagens previstas até o final do Ensino Fundamental. Já o material da 3ª série, pode compor o planejamento que o professor faz para os estudantes da 2ª série que já estão mais avançados na aprendizagem.

Também há o Revisa Goiás de Ciências da Natureza para o 9º ano e Ciências da Natureza e suas Tecnologias para a 3ª série, devido à sua inserção, de forma amostral, no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a partir de 2021.

As aulas são divididas em 2 semanas que, por sua vez, são subdivididas em assuntos. No início da atividade de Língua Portuguesa e Matemática, constarão os descritores previstos para o mês e os conhecimentos necessários para desenvolvê-los.

O Revisa Goiás será disponibilizado, via e-mail e drive, no final de cada mês, para que o(a) professor(a) tenha tempo hábil de acrescentar esse material em seu planejamento.

Sugerimos que este material seja esgotado em sala de aula, uma vez que ele traz conhecimentos basilares que subsidiarão a ampliação do conhecimento e o trabalho com as habilidades previstas para o corte temporal/bimestre.

Fonte: Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/revisa-goias/1>. Acesso em: 14/04/2024.

Logo no primeiro parágrafo, é possível identificar algumas palavras-chave que nortearão as descrições e análises. Primeiro: “dialógica” e “funcional” desempenham papéis distintos na compreensão dos mecanismos de poder, controle e normalização na prática educacional. A abordagem dialógica, enfatizada na promoção de interação e construção coletiva de conhecimento, reflete a tentativa de descentralização do poder e valorização das vozes subalternas, consoante com a concepção foucaultiana de discursos como locais de resistência e negociação. Por outro lado, a dimensão funcional, evidenciada

na definição de metas de aprendizagem e padronização de práticas avaliativas, ilustra o exercício do poder disciplinar

na regulação e normalização dos processos educacionais. Como Foucault (2010, p. 89) discute em "Estratégia, Poder-Saber", "O poder não se detém, não é propriedade: é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa num determinado campo de relações." O autor ressalta a natureza relacional e dinâmica do poder, enfatizando sua operação por meio das práticas discursivas e das relações de poder que nelas se estabelecem. Além disso, Foucault (1979) esclarece que "O exercício do poder é, em grande parte, uma ação sobre a possibilidade de ação dos outros". Assim, ele acentua como as práticas discursivas e as relações de poder se entrelaçam na produção e reprodução das estruturas de dominação e controle presentes na Educação e em outras esferas sociais.

Ainda no primeiro parágrafo, podemos observar o enunciado "avançar na proficiência". O trabalho realizado tem uma meta a ser alcançada que são os resultados de melhoria na proficiência das disciplinas avaliadas. Consequentemente, focaliza a importância da busca pelo avanço na proficiência dos estudantes, o que se alinha com a perspectiva foucaultiana sobre os processos de normalização e controle na Educação. A ênfase em avançar na proficiência reflete a preocupação em atingir padrões preestabelecidos de desempenho acadêmico, indicando a operação de mecanismos disciplinares que regulam e normatizam os corpos e mentes dos sujeitos educacionais. Como Foucault (1975) observa em "Vigiar e Punir", "O poder disciplinar age constantemente sobre o corpo dos indivíduos, tornando-os mais dóceis, úteis, aptos e fáceis de serem controlados". Desta maneira, ressalta o que vem sendo discutido no decorrer do trabalho como os processos de normalização na Educação não apenas visam à aquisição de habilidades cognitivas, mas também à produção de corpos e subjetividades disciplinados e controlados. Nesta ótica, Foucault (1987, p. 155) evidencia:

[...], a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar.

À vista disso, Michel Foucault frisa a transformação da escola em um dispositivo de monitoramento constante, onde o processo de ensino é acompanhado de forma contínua. O autor postula que, ao invés de eventos pontuais de avaliação, a ênfase está cada vez mais em uma "comparação perpétua de cada um com todos", em que os alunos são constantemente comparados entre si. Isso não apenas permite medir o desempenho dos alunos, mas também sancioná-los de acordo com os padrões estabelecidos. Quando

relacionamos com as estratégias das avaliações externas estaduais propostas para medir o avanço dos estudantes,

observamos uma correspondência com a abordagem descrita por Foucault. Essas avaliações, muitas vezes realizadas ao longo do ano letivo, envolvem uma avaliação contínua do desempenho dos alunos e uma comparação de seus resultados em uma escala ampla. Para mais, as escolas recebem incentivos ou financiamento com base nos resultados dessas avaliações, o que intensifica ainda mais a pressão sobre os alunos e professores para alcançar determinados padrões de desempenho. Observamos essa dinâmica da produtividade e do utilitarismo pela aferição da eficácia do desempenho estudantil por meio do Projeto de Lei nº 10866/22, de autoria do governador Ronaldo Caiado, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer no âmbito da Secretaria do Estado de Educação (SEDUC) o bônus por resultado. Diz o Projeto de Lei

Art. 12 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Educação — **SEDUC o Bônus por Resultado**, com natureza remuneratória, para estimular a formação intelectual dos alunos e os bons resultados de suas avaliações estaduais e nacionais. [...]

Art. 22 - O valor a ser concedido chegará a 105% (cento e cinco por cento) da remuneração ou do subsídio do servidor beneficiário, de acordo com as formas indicadas nos incisos I e II do art. 88 da Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020.

§ 1º - Serão beneficiários do Bônus por Resultado:

I — os profissionais da educação básica em efetivo exercício na SEDUC, nos termos do art. 26 da Lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e do inciso XI do art. 212-A da Constituição federal;

II — os profissionais efetivos da área administrativa em efetivo exercício na SEDUC; e

III — os servidores comissionados, os empregados públicos e os contratados temporariamente em efetivo exercício na SEDUC. **(grifos meus)**

Assim, o Projeto de Lei comprova que as estratégias das avaliações externas estaduais refletem a concepção abordada por Foucault da escola como um dispositivo de vigilância e controle, em que a avaliação contínua e o cotejamento implacável entre os alunos desempenham um papel central na regulação do ensino e na normalização dos corpos e mentes dos estudantes. E o desempenho gerado por professores e estudantes resultará em um bônus para os servidores da Educação.

Além da relevância do incentivo para as escolas, outro fator que impulsiona os resultados acadêmicos é a implementação de políticas de apoio financeiro, como o Programa de Lei 21.162 sobre Bolsa Estudo oferecido pela Secretaria Estadual de Goiás. Este projeto visa beneficiar estudantes do ensino médio e turmas do 9º ano do ensino fundamental, com critérios estabelecidos para recebimento, incluindo a manutenção de uma frequência mínima de 75% e o progresso satisfatório nas notas de todas as disciplinas. Tal incentivo financeiro não apenas estimula a permanência dos

alunos na escola, mas busca incentivar o comprometimento e a dedicação nos estudos.
(Publicado no Diário Oficial, 17 de novembro de 2021).

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Estudo, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, que objetiva incentivar a aprendizagem e a permanência dos estudantes em sala de aula, também atenuar os efeitos econômicos adversos da pandemia da Covid-19, mediante a transferência de renda, conforme esta Lei e seu regulamento.

Parágrafo único. Além de outras ações a serem definidas no regulamento, o programa consistirá na transferência de renda aos beneficiários de que trata o art. 2º desta Lei, **mediante as condicionantes definidas no regulamento. (Grifos da autora)**

Constatamos o que Foucault apresenta em suas obras "Vigiar e Punir" (1975): as políticas educacionais não apenas visam à promoção do aprendizado, mas também exercem um poder disciplinar sobre os sujeitos, moldando suas subjetividades de acordo com as normas instituídas. Retomando a análise do *corpus* de pesquisa, é possível comprovar que os corpos são moldados e disciplinados pela classe dominante, neste caso, os que governam as instituições escolares. E são moldados de acordo com os interesses dessa classe dominante, perpetuando assim as relações de poder existentes na sociedade.

Para retomar a comprovação na prática, da relação de poder sobre os “assujeitados” de acordo com Foucault (1975), notamos na composição enunciativa no penúltimo parágrafo, Figura I, o seguinte enunciado: “para que o(a) professor(a) tenha tempo hábil de acrescentar esse material em seu planejamento” – a construção enunciativa não sugere ser opcional a utilização do material. Ou seja, o material será disponibilizado por meio de um drive e o docente precisa acessar e acrescentar em seu planejamento. Nesta direção, Foucault (1975, p.29) asserta que “o discurso produz o sujeito e o controla através de práticas de poder”. Nesta lógica, enfatiza a relação intrínseca entre discurso, poder e formação do sujeito. Ao mesmo tempo, argumenta que não apenas somos moldados pelo discurso, mas que o discurso em si é um instrumento de exercício de poder. Por meio das práticas discursivas, as normas, valores e identidades são estabelecidos e perpetuados. Dessa forma, o discurso não é apenas uma forma de expressão, mas também uma ferramenta de controle e influência sobre os sujeitos, refletindo a dinâmica de poder presente em todas as esferas da sociedade, incluindo a Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto mostra como os discursos são enviados e constituídos para controle e normalização do sujeito, o qual, está inserido em um sistema neoliberal. Foucault, (1979), ao analisar o sistema neoliberal em relação à educação, destaca como esse modelo

influencia diretamente as práticas educacionais. Ele argumenta que o neoliberalismo não apenas molda as políticas educacionais, mas também redefine o próprio propósito da educação, promovendo uma visão utilitarista do conhecimento, onde o valor do ensino é avaliado principalmente por sua contribuição para o mercado de trabalho e para a produtividade econômica. Nesse contexto, a educação é percebida como um investimento individual para alcançar sucesso financeiro, ao invés de ser vista como um meio de emancipação intelectual e social. Assim, o neoliberalismo exerce uma influência profunda na maneira como a educação é concebida, organizada e implementada, transformando-a em uma ferramenta de reprodução das desigualdades sociais e de perpetuação das relações de poder existentes.

O material *Revisa* emerge como uma resposta à necessidade de recomposição da aprendizagem, especialmente diante dos impactos desafiadores causados pela pandemia no Brasil. No entanto, os discursos que o envolvem revelam uma complexa rede de normalização e controle, conduzida pelas orientações e propostas de bônus por resultados, como incentivos do Governo Estadual. Essa análise aponta que, embora tais medidas visem impulsionar a qualidade educacional, também refletem estratégias de poder que podem influenciar a prática pedagógica e os processos de ensino-aprendizagem de maneiras sutis, mas significativas. Assim, compreender esses discursos e suas implicações é fundamental para uma reflexão crítica sobre os modelos de gestão e políticas educacionais em nosso contexto atual.

Referências

BRASIL. Lei nº 10866/22, de 30 de novembro 2022. **Institui o bônus por resultado**. Diário Oficial Estado de Goiás. Goiânia, GO, ano 186, nº 23.936, novembro de 2022. Disponível em: https://saba.al.go.leg.br/v1/merged/view/sgpd/public/PqQG2D_ff9muohW8RfVIC7Z2q_LVMPIOBU1NIAdDhjZKD8PjBcm18Lly1bEzAu3YSsGi17ygVbKcWSz7RfeH-em85bSx3i8zA2HqnoxLptVunxczOyIqxJfimAl6-tXqf/pdf/2022010866 Acesso em: 17/06/2024.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF, 2007. (Série Documental. Texto para Discussão; 26).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976),

(trad. De Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MOTTA, Manoel Barros da (org.) **Michel Foucault**: Estratégia, Poder-saber. Ditos e Escritos. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1º ed. São Paulo: Parábola, 2021.

SARESP. Oficina Pedagógica. Escala de Proficiência. Bragança Paulista, 2008, il. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fslideplayer.com.br%2Fslide%2F346129%2F&psig=AOvVaw3rCXXF6Wa5bQOmtxAWhEyA&ust=1714521039332000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBIQjRxqFwoTCJD8mYXP6IUDFQAAAAAdAAAAABAf>. Acesso em: 29/04/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Recomposição de aprendizagem: matemática, Língua Portuguesa e Ciências da Natureza, 5º, 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º série do Ensino Médio**. Revisa Goiás. il. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/revisa-goias/>. Acesso em: 14/04/2024.

SLIDEPLAY. **Oficina de divulgação e apropriação dos resultados**. Areal, 2016, il. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/12417737/>. Acesso em 17 mai. 2024.